

Biomass na lista dos ameaçados

Geografia

Enviado por: _clsochascki@seed.pr.gov.br

Postado em:24/02/2016

Brasil tem dois biomas na lista dos ameaçados pela mudança do clima. Por Cíntya Feitosa. A Caatinga e a Amazônia estão entre os biomas mais vulneráveis a variações climáticas no mundo, de acordo com um estudo publicado nesta quarta-feira (17). A pesquisa pode ajudar a prever o tamanho do impacto que a mudança climática deverá ter sobre ecossistemas no mundo inteiro e entender quais regiões podem sofrer extinções em massa e quais resistirão ao aquecimento. Também estão na lista dos vulneráveis a tundra, a floresta boreal, outras florestas tropicais e os campos temperados. O mapa da vulnerabilidade dos ecossistemas à variabilidade climática foi realizado por um grupo de pesquisadores da Noruega e do Reino Unido e publicado no periódico Nature. Seus autores criaram um índice de sensibilidade da vegetação, baseado em séries de dados de satélites sobre cobertura vegetal durante 14 anos (de 2000 a 2013) e variáveis climáticas que influenciam na capacidade da vegetação de fazer fotossíntese: temperatura atmosférica, disponibilidade de água e cobertura de nuvens. No período estudado, a Caatinga e a Amazônia responderam com maior sensibilidade à variabilidade climática em comparação com outras partes do mundo, apresentando, por exemplo, mudanças no aspecto da vegetação — menos verde, menos folhas novas e menos absorção de carbono do ar. É como se os dois biomas entrassem em depressão e suas plantas deixassem de funcionar direito. O fator mais crítico para a Caatinga é a disponibilidade de água: apesar de ser adaptada à seca, a vegetação do Semiárido parece exagerar na resposta a crises hídricas prolongadas. A resposta pode ser consistente com a desertificação da região Nordeste num cenário de mudança climática e alto desmatamento, ou pode ser simplesmente a maneira como o bioma lida naturalmente com falta de água. “Pode ser que as plantas na Caatinga sejam adaptadas à variabilidade do clima e tenham uma resposta grande, amplificada, que é própria da maneira daquele ecossistema de lidar com variabilidade”, disse ao OC Alistair Seddon, da Universidade de Bergen, Noruega, principal autor do estudo. Seddon diz que o trabalho pode ser usado para orientar futuras pesquisas sobre as causas dessa sensibilidade, mas principalmente para melhorar futuras previsões dos efeitos da variabilidade nos ecossistemas, que impactam diretamente em biodiversidade, segurança alimentar e bem-estar da população que vive na região. Ele também afirma que é importante usar os resultados deste período para aprofundar estudos baseados em modelos climáticos, que dão a pista de como será o clima em médio e longo prazo. “Trata-se do próximo passo para compreender os mecanismos por trás desses padrões.” Cada ecossistema responde às variações de forma diferente. Por exemplo, as florestas tropicais, como a Amazônia, apresentaram sensibilidade à combinação de nebulosidade e variações na temperatura, que juntas influenciam na taxa de crescimento da vegetação, provavelmente por causa de reduções de trocas gasosas sob temperaturas mais quentes — a floresta sufoca, mais ou menos literalmente. Os pesquisadores ressaltam que, apesar de não ser possível associar os dados de pouco mais de uma década diretamente às mudanças climáticas globais, causadas pela emissão de gases de efeito estufa, as descobertas podem ter implicações para o futuro dos ecossistemas. “Dada a importância da identificação de áreas ecologicamente sensíveis para os serviços ecossistêmicos e redução da pobreza, há uma lacuna

fundamental de conhecimento para identificar e, em seguida, priorizar as regiões que são mais sensíveis à variabilidade climática”, dizem os autores do estudo. Para o biólogo Fabio Scarano, diretor-executivo da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, o estudo revela a necessidade de mais projetos de restauração e atenção especial ao cumprimento do Código Florestal e efetividade do CAR (Cadastro Ambiental Rural) na região coberta pela Caatinga. “A aplicação da lei e a restauração nessa região devem ser prioritárias.” Um estudo de 2015 liderado pelo pesquisador do Inpe Gilberto Câmara mostra que, mesmo com o Código Florestal, o desmatamento na Caatinga pode continuar até depois de 2050 — seria o único bioma do Brasil no qual a devastação não se estabilizaria. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a Caatinga já perdeu 46% de sua cobertura florestal original. Scarano acredita que o plano climático apresentado pelo Brasil às Nações Unidas para o acordo do clima pode contribuir para políticas mais eficientes na região, embora só existam metas para restauração na Amazônia. O planejamento de restauração também não deve ser simples, uma vez que ainda não existem dados de monitoramento de desmatamento no bioma — que ocupa 11% do território nacional, mas só tem 7,5% de unidades de conservação, sendo que pouco mais de 1% delas são de proteção integral, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente. Também de acordo com informações do ministério, as áreas de proteção ambiental têm baixo grau de implementação. Câmara mostra-se preocupado com o mal que a confluência entre desmatamento, mudança climática e séculos de agricultura insustentável podem fazer com a sociedade no Semiárido. Ele menciona uma série de dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), que mostra quebras de safra expressivas no Ceará após 2010: à exceção de 2011, todos os anos até 2014 tiveram quebras maiores que um terço da produção agrícola. “Num clima mais ameno do que o atual a situação do Semiárido já era crítica. Qualquer mudança, mesmo moderada, no clima e na precipitação irá inviabilizar a agricultura da Caatinga.” Esta notícia foi publicada em 17/02/2016 no site www.observatoriodoclima.eco.br. Todas as informações são de responsabilidade do autor.